

HABEAS CORPUS Nº 567.703 - MG (2020/0071933-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
WALNER DIAS - MG087058
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIZ PAULO ALVES DA ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de LUIZ PAULO ALVES DA ROCHA contra decisão liminar Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n.1.0000.20.026071-9/000).

Segundo consta dos autos, o paciente preso preventivamente em 10/8/2019 (e-STJ fls. 55/59), e condenado, em 22/1/2020, à pena de 1 ano e 19 dias de detenção, em regime semiaberto, como incurso nos delitos previstos nos artigos 147 e 129, § 9º, do Código Penal, e artigo 24-A da Lei 11.343/2006, praticados no âmbito doméstico (e-STJ fls. 147/164).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, com pedido liminar. O Relator da ação, na origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 6/7).

Na presente impetração, a defesa alega a falta de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva, afirmando que o paciente encontra-se preso preventivamente há quase 7 meses, tendo cumprido 1/6 da sanção imposta.

Por fim, informa que, até a presente data, o paciente encontra-se ainda na prisão, inclusive sem a guia de recolhimento, violando assim o disposto no artigo 107 da LEP.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, o direito de o paciente recorrer da sentença em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

Preliminarmente, cumpre esclarecer que as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; AgRg no HC 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental* (AgRg no HC 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, *longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da*

celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido (EDcl no AgRg no HC 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

Com efeito, o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Além disso, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

É a hipótese dos autos.

No caso, segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente no dia **11/8/2019**, sendo a sentença foi proferida em 22/1/2020,

estabelecendo a pena de **1 ano e 19 de detenção, a ser cumprido no regime inicial semiaberto**. Ainda, ao final, negou ao réu o direito de recorrer em liberdade. Eis os motivos (e-STJ fl. 163):

[...]

Em decorrência do concurso material, previsto no artigo 69, do Código Penal, aplico cumulativamente as penas acima e concretizo a pena em 01 (um) ano e 19(dezenove) dias de detenção.

Sendo o acusado reincidente e, em decorrência do disposto no artigo 33, § 2º e §3º, do Código Penal, deverá o condenado iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime semiaberto.

Com fulcro no § 2º, do artigo 387, do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei 12.736, de 30 de novembro de 2012, deixo de realizar a detração do tempo de prisão provisória já cumprido pelo réu, visto que em nada influenciará na fixação do regime inicial.

Diante da reincidência do acusado, bem como da existência de grave ameaça à pessoa, este não possui o direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ou suspensão condicional da pena, pois não preenchidos os requisitos do artigo 44, I e II, e 77, I, ambos do Código Penal.

Mantenho a prisão preventiva anteriormente decretada, uma vez que não houve alteração na conjuntura fática que ensejou a prisão preventiva do acusado, permanecendo, desse modo, a cautelaridade prevista no artigo 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Assim, observando, ainda, o novo regime de cumprimento de pena, nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade.

Sobre o tema deste writ, cumpre lembrar que, de acordo com a recente jurisprudência desta Corte Superior, inclusive da colenda Quinta Turma, não há incompatibilidade entre a negativa do direito de recorrer em liberdade e a fixação do regime semiaberto, caso preenchidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Entretanto, faz-se necessário compatibilizar a manutenção da custódia cautelar com o regime inicial determinado na sentença condenatória, sob pena de estar impondo ao condenado modo de execução mais gravoso tão

somente pelo fato de ter optado pela interposição de recurso, em flagrante ofensa ao princípio da razoabilidade.

Nesse sentido: RHC 117.770/PI, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019; HC 523.932/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 03/10/2019; AgRg no RHC 112.895/RO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 19/09/2019 e RHC 112.046/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 10/09/2019.

No caso em exame, como podemos ver, **o paciente apesar de ser reincidente, como registrado na sentença, foi condenado a cumprir pena no regime intermediário e, nos termos da jurisprudência da Quinta Turma, o réu tem o direito de aguardar o julgamento de eventual recurso interposto nas regras do regime prisional fixado pela sentença, qual seja, o semiaberto.** Nesse sentido: HC n. 484.673/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 7/2/2019, DJe 26/2/2019, HC n. 464.727/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 5/2/2019, DJe 14/2/2019 e HC n. 326.945/PI, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador convocado do TJ/PE – Quinta Turma, julgado em 17/9/2015, DJe 1º/10/2015.

Ademais, conforme informado pela defesa, até a presente data não foi expedida a guia de execução provisória, procedimento necessário para compatibilizar a situação prisional do paciente, com o regime prisional estabelecido na sentença, qual seja, o semiaberto, nos termos da Súmula n. 716 do STF:

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não**

Superior Tribunal de Justiça

conheço do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem** de ofício para determinar, **de imediato**, que a segregação cautelar seja adequada ao regime prisional estabelecido na sentença, o semiaberto.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator